Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO III- Nº 33 - SETEMBRO/OUTUBRO DE 2016



Flávia Rios (FSC) analisa pesquisa que mostra que federais agora são mais femininas, negras e acessíveis à baixa renda. Páginas 8 e 9

Instabilidade exige mais ação política da UFG

Sob ameaças de cortes no orçamento, reitoria assume agenda extra-administrativa para evitar retrocesso no desenvolvimento das universidades federais. **Página 10**

CONEXÃO ERUDITO-POLULAR

DEBATE



Robervaldo
Linhares (Emac)
demonstra
o papel dos
"pianeiros", que
levaram a música
popular aos
salões eruditos
no Brasil, na
década de 20.
Página 16

EDITORIAL

Universidade é protagonista

As universidades federais assumem um protagonismo político ao seu modo no Brasil: demonstram, com pesquisas, a importância de políticas públicas para garantir a manutenção do desenvolvimento iniciado nos últimos dez anos. A recente pesquisa da Andifes (a associação dos reitores) mostrou que as federais têm, além do capital científico, um capital político de representação social.

Pela primeira vez, mostrou a pesquisa, a maioria dos estudantes das Ifes são de baixa renda, dado que isolou, de uma vez por todas, o discurso que sempre voltava em momentos de crise, de que as universidades são elitistas e portanto devem cobrar mensalidades.

Orlando Amaral (UFG) e outros reitores têm uma agenda estratégica em Brasília para evitar que os cortes no orçamento, pretendidos pelo governo, paralisem as universidades num momento tão crucial de seu desenvolvimento. O governo recuou na intenção de cortar 20%, mas a proposta apresentada (corte de 6%) não contempla o mínimo, de manter o orçamento de 2016 corrigido com IPCA. A previsão é de dificuldades para 2017.

O momento de crise política e econômica não admite inércia ou omissão dos docentes. Fechar os olhos para as forças criativas e transformadoras da universidade agora é permitir retrocessos para a nação.

Qual o melhor caminho?

Contato com a redação

Houve ou não um golpe? Página 11



Ética em tempo de greve

Peter Fisher*

Embora ética e moral sejam diferentes, para as finalidades desse texto e por considerá-las, na prática, muito semelhantes, usarei as palavras sem considerar distinções; são ambas responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem, determinando o seu caráter, altruísmo e virtudes, e por ensinar a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade.

A greve, entendida aqui como a greve no serviço público conduzida por funcionários públicos, é um fenômeno recorrente onde a categoria busca melhores condições de trabalho e remuneração.

A greve, como entendida classicamente, é um confronto entre o "patrão", detentor dos meios de produção, e o "trabalhador" representando a força de trabalho. Os "trabalhadores", ao cruzarem os braços, paralisam os meios de produção impedindo a geração de produtos cuja circulação faz girar o capital gerando o lucro. O "patrão" e os "trabalhadores", no estabelecimento de um estado de greve, arriscam-se a prejuízos; o primeiro deixa de realizar lucros e o segundo deixa de ganhar salário que é parte do lucro patronal.

Classicamente a relação empregado/produto é da responsabilidade do "patrão" que determina como e quando um trabalho deve ser realizado e dentro de que normas predeterminadas. O "patrão" julga o "trabalhador" para mantê-lo ou dispensá-lo conforme a qualidade do seu trabalho ou sua utilidade para o empreendimento. A ética do trabalhador está no cumprimento melhor ou pior das determinações patronais. A ética do "patrão" está na responsabilidade de uma remuneração justa, na manutenção do posto de trabalho e na qualidade do ambiente em que se realiza o trabalho. Esta relação inexiste entre estado e funcionários pelos direitos desse último.

Considerando em lugar dos "trabalhadores" os funcionários públicos como se pode definir a existência de "patrão"?

Tentando uma relação simples poderia se pensar que o "patrão" do funcionário público é o Estado, seja federal, estadual ou municipal, pois é esse que o contrata e determina suas atividades. Entretanto os contratantes, em qualquer nível, são, sem dúvida, também funcionários públicos. Portanto, seguindo a fonte pagadora, chegamos ao povo como o "patrão" dos funcionários públicos já que é dele que provém o pagamento dos salários.

Tentando trazer o raciocínio clássico para as greves do funcionalismo público ela acontece quando as condições de trabalho ou a remuneração tornam-se críticas. Aí os "funcionários" tentam negociar com o governo e, na falta de resultados, cruzam os braços. Alguns elementos tornam se dissonantes nesse processo: o governo embora contrate e efetue os pagamentos e mantenha as condições de trabalho é apenas um preposto do povo que realmente arca com o sustento da máquina pública. Ao cruzar os braços o "funcionário" deixa de executar as suas tarefas, mas o governo continua cobrando os impostos pelo trabalho não feito. A negociação que se segue à declaração de greve faz-se entre o preposto da fonte pagadora e os "funcionários", ficando de fora os principais interessados, os beneficiários do trabalho suspenso que continuam pagando pelo não feito.

Se a greve de funcionários públicos, de áreas específicas, pode prejudicar o governo porque inativa suas fontes de receita, outras áreas como a saúde, a educação e a segurança não afetam a sua funcionalidade. Quando áreas como saúde, educação e segurança entram em greve os únicos prejudicados passam a ser a população necessitada dessas atividades.

O pensamento dos grevistas tem uma lógica curiosa: ao cruzarem os braços deixando de prestar seus serviços à população imaginam que esta pressionará o governo para voltar a receber os serviços suspensos. A pressão popular baseia-se numa chantagem política da popularidade e consequente eletividade dos políticos e partidos, entretanto aumentos de salário e novas obras dependem de capital que é extraído do povo através dos impostos. Portanto a greve dos funcionários públicos é um chamamento à elevação de impostos. Entendo, aqui, que o governo é uma entidade honesta, competente e organizada, pois em contrário nenhum raciocínio é possível.

Quando o "trabalhador" privado demanda contra o "patrão" cabe a esse último analisar todas as consequências no custo final do trabalho, avaliar as possibilidades diante de um mercado competitivo e pensar em modificações ou adaptações para absorver o impacto. Já quando o funcionário público demanda contra o povo a esse não cabe nenhuma análise ou opinião e qualquer decisão será exercida por seus prepostos políticos. É nesse momento crucial que surge a ética em tempo de greve.

Uma das características do funcionalismo público é o espírito corporativo que, nos últimos cinquenta anos (meu tempo de funcionário), tem caminhado para a eliminação da hierarquia, do controle de qualidade e da responsabilidade. Como minha experiência restringe-se à universidade, é nesse modelo que tentarei explicitar meu pensamento.

A estrutura antiga de escolas isoladas fazia toda a responsabilidade recair nos ombros de um diretor eleito entre os titulares por lista tríplice. Os departamentos tinham chefes que fiscalizavam o andamento do ensino e da pesquisa, ajudavam os professores em todos os problemas. Existia uma hierarquia/carreira onde cada segmento sabia exatamente os seus limites e obrigações. Claro que nem tudo funcionava a contento, afinal professores são indivíduos, mas sabiase a quem reclamar e de quem esperar a tomada de atitudes.

Essa estrutura foi lentamente corroída por avanços da diluição das responsabilidades, o enfraquecimento dos mais experientes diante do desejo de mudança dos mais jovens e hoje, pode-se afirmar que nossa carreira não passa de uma lista de proventos que nada tem a ver com responsabilidades. Hoje, cada professor é um ser onipotente nos limites da sala de aula, a avaliação tornou-se impessoal, a figura de reitor, diretor e chefe de departamento é apenas burocrática. Dirigentes que se colocam pessoalmente a frente de seus setores de atividade e imprimem sua personalidade e entendimento com plena responsabilidade ética por suas ações está bastante rara, pois a maioria prefere o tecnicismo da legislação impessoal.

E preciso agir para melhorar e para adquirir o direito de pedir ao povo que pague mais imposto para nos sustentar. Como não existem meios confiáveis de controle da qualidade do trabalho docente (todo controle é quantitativo) cabe a nós inventá-los. Cabe àqueles que levam o magistério superior a sério estabelecer um controle de qualidade que torne o trabalho das universidades de excelência e a serviço do crescimento e desenvolvimento nacionais. Cabe aos bons apontar os caminhos para que os menos interessados, os desinteressados e os definitivamente irrecuperáveis melhorem ou saiam da docência. É importante entender que apontar os erros não é "trair" colegas, pois não os apontar é, sim, trair a própria vocação, é, sim, trair a universidade e é, sim, trair o povo que está pagando nossos salários e financiando nossos meios de trabalho.

Quando nas assembleias de greve, deve existir um momento, independentemente de uma minoria vociferante que não tem compromisso com a universidade, quando professores devem refletir, como o faz o "patrão" nas greves, se nosso produto vale realmente o seu custo e o que se poderia fazer para que valha mais e, consequentemente, venhamos a receber mais salário e condições de trabalho. Creio ser essa a ética em tempo de greve.

*Professor aposentado da EVZ. Texto apresentado no XII Congresso do Proifes onde foi repudiado pela maioria; em função da disponibilidade de espaço no JP, o autor reduziu o texto original.



A contribuição da UFG nas eleições municipais em Goiânia

Flávio Sofiati*

O Programa e a campanha do movimento Se a Cidade Fosse Nossa nas atuais eleições municipais de Goiânia, da qual sou candidato a Prefeito, é fruto de um amplo processo de discussão e consulta que envolveu, durante meses, variados segmentos de trabalhadorxs da cidade, organizadxs em entidades de estudantes, mulheres, comunidade LGBTT, indígenas, negros, sindicatos, partidos e organizações políticas, além de intelectuais, lutadorxs sociais e ativistas culturais. Nosso método de trabalho consistiu em realizar inúmeras rodas de conversa, seminários temáticos, debates e grupos de trabalho em torno dos temas da cidade, levantando seus problemas, sistematizando o relato de situações concretas e avançando propostas para um programa de governo democrático e socialista.

Uma dificuldade que encontramos na montagem de nossa pauta de questões foi a ausência de dados disponíveis na Prefeitura sobre um variado conjunto de problemas, evidenciando a ausência de estudos sistemáticos por parte dos órgãos de planejamento municipais ou a pouca preocupação em disponibilizar ao público em geral as informações existentes. Neste sentido, a UFG cumpriu um papel fundamental em nosso trabalho de levantamento de dados e definição dos problemas da cidade, na medida em que seus professores e alunos realizaram e realizam pesquisas importantes sobre diversos temas ligados à questão urbana, em geral, e à realidade de Goiânia, em particular.

Nas discussões sobre o meio ambiente, sobre o tema da mobilidade humana e sobre as recentes mudanças no Plano Diretor da cidade foram muito importantes as contribuições do Iesa (Instituto de Estudos Sócio-ambientais), que desenvolve inúmeras pesquisas sobre esses assuntos. Ainda a reflexão sobre a questão ambiental, desta vez relacionada ao estudo da infra-estrutura existente na cidade, foram decisivas as contribuições da Escola de Engenharia Civil e Ambiental, particularmente no tocante ao problema das enchentes e alagamentos que ocorrem com freqüência no período das chuvas. Esta é uma questão que afeta não só o trânsito e a mobilidade humana, mas as próprias condições de moradia na qual os mais pobressãoos mais afetados.

Já o Necrivi (Núcleo de Estudos sobre a Criminalidade e a Violência), ligado à Faculdade de Ciências Sociais, foi fundamental no debate sobre a segurança pública. Ao longo dos anos o tema da segurança pública tornou-se candente no debate político nacional e em Goiânia não seria diferente. Neste sentido, as contribuições do Necrivi foram importantes para o avanço de uma proposta de segurança pública totalizante, que aborda o problema sobre diversos ângulos e procura atacá-los em diversas frentes, indo na contramão das propostas puramente repressivas apresentadas por diversos candidatxs nestas eleições municipais. Ainda na Faculdade de Ciências Sociais, foi importante a contribuição das pesquisas públicas do Ser-Tão (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade) para as reflexões sobre asituação de mulheres e população LGBTT na cidade, ainda vítimas da violência e da discriminação.

Sobre a temática da ocupação urbana e da especulação imobiliária em Goiânia muito contribuíram as pesquisas realizadas no Programa de Pós-graduação em História, que revelam a presença da perspectiva puramente mercantil no processo de definição dos espaços da cidade desde sua fundação, em detrimento de políticas sociais de habitação e da preocupação com o meio ambiente, evidenciando que os problemas de Goiânia neste quesito não vem de hoje.

Na área da educação contamos com a colaboração de diversos professorxs, principalmente da Faculdade de Educação. O mesmo se deu com a temática da saúde que contou com a colaboração decisiva dos estudos realizados na Faculdade de Enfermagem. O Observatório Juventudes na Contemporaneidade, ao qual faço parte, e o Proluta (Programa de pesquisa sobre ativismo em perspectiva comparada) foram significativos para a compreensão da realidade social das juventudes e suas lutas. Além disso, a formatação da nossa plataforma só foi possível em vista da participação direta de diversos docentes, técnicos e estudantes da UFG.

Eu mesmo, enquanto professor e pesquisador da UFG, atuo no Programa de Especialização em Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Sociais, que busca não só elaborar e propor políticas públicas de qualidade, mas suas formas de encaminhamento e execução. Neste aspecto o programa avança em uma proposta coerente com nossa perspectiva de ação política, na medida em que propõe que a execução das políticas públicas envolvam a colaboração e a parceria entre três tipos de agentes: os que as elaboram, ou seja, o pessoal técnico e especializado envolvido com os estudos e as propostas de políticas públicas; seus implementadores, ou seja, os servidores que vão executá-las na prática; e a população a ser atendida.

A troca de informações e o debate entre estes três agentes é fundamental para o bom encaminhamento e a adequação das políticas públicas à realidade concreta, caso contrário, cria-se políticas públicas desconectadas das necessidades da população, favorecendo o desperdício ou mesmo o desvio de recursos públicos. Neste quesito, Goiânia precisa melhorar muito, pois se encontra nas últimas colocações do Ranking Folha sobre eficiência na gestão dos recursos públicos (Folha, 26/08/2016).

Nesta breve exposição, evidencia-se a importância que um centro de pesquisa e reflexão como a UFG tem para o debate público no conjunto da sociedade, particularmente para os trabalhadores e não apenas para o público acadêmico, fechado em si mesmo num debate autorreferente; ou para os governos, interessados em aparelhá-la; ou para as empresas, interessadas nas tecnologias oriundas de suas pesquisas. Esta dimensão ativa da universidade é uma realidade e é preciso reforçá-la, particularmente em função da viabilização de políticas que garantam a melhoria das condições de vida e trabalho da maioria da população. Em uma possível administração com nossa participação, buscaremos estreitar os laços e as parcerias com os centros de pesquisa e reflexão e a UFG certamente estará entre os que melhores contribuições podem oferecer.

^{*} Professor da FCS-UFG

Adufg informe jurídico

Ações coletivas protocoladas em 2016

A Adufg Sindicato e sua Assessoria Jurídica, conduzida pelos escritórios Eliomar Pires & Ivoneide Escher Advogados Associados e Bordas Advogados Associados, têm ajuizado ações coletivas e ações individuais em nome de seus filiados.

Para que o sindicalizado acompanhe essas ações, elaboramos a relação de ações coletivas ajuizadas em 2016, além das possíveis ações individuais que podem ser encaminhadas por nossa Assessoria Jurídica, independente do ajuizamento das ações coletivas

1) Pagamentos e correções de exercícios anteriores

Representados: todos sindicalizados. Situação: Ação ajuizada em 2016 e aguarda intimação da UFG para apresentar sua contestação.

2) Retroatividade de progressões e promoções Representados: todos sindicalizados.

Situação: Ação ajuizada em 2016 e aguarda intimação da UFG para apresentar sua contestação.

3) Diferença no cálculo do artigo 192

Representados: docentes titulares e adjuntos aposentados antes da criação da classe de Associado.

Situação: Ação ajuizada em 2016 e aguarda intimação da UFG para apresentar sua contestação.

Possíveis ações judiciais individuais

1) Licenças-prêmio indenizadas

Servidores(as) que se aposentam sem ter gozado as licenças-prêmios a que faziam jus e que não as tenham utilizado para a aposentadoria, podem cobrar estas licenças em dinheiro. Cada 30 dias de licença-prêmio representa o salário bruto do mês anterior à aposentadoria, sem desconto de imposto de renda e contribuição previdenciária, por se tratar de verba indenizatória.

- Documentos necessários para o ajuizamento da ação: kit de documentos fornecidos pela assessória jurídica (juridico@adufg.org.br), portarias de concessão de licenças prêmio, fichas financeiras do ano que se deu a aposentadoria, portaria de aposentadoria, mapa de tempo de serviço considerado para a aposentadoria e para o abono permanência, cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

2) Retroatividade das progressões e promoções Professores(as) que têm tido progressões

e promoções podem estar tendo prejuízos financeiros e/ou na contagem do tempo de interstício. A Adufg Sindicato recomenda que procurem a Assessoria Jurídica para que se analisem promoções e progressões concedidas e se avaliem a necessidade de ajuizamento de ação em caso de prejuízo.

- Documentos necessários para o ajuizamento da ação: kit de documentos fornecidos pela assessória jurídica (juridico@adufg.org.br), cópia do processo administrativo de progressão/promoção funcional, fichas financeiras dos

últimos 5 anos, portaria de progressão/ promoção, cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

3) Valores reconhecidos administrativamente (exercícios anteriores) e não pagos

Nos mais diversos casos, a UFG vem reconhecendo valores atrasados que deveriam ter sido pagos em anos anteriores ao da decisão administrativa que os reconheceu. No entanto, quando efetuado, tal pagamento é feito em valor histórico (sem qualquer correção). A realidade mostra, entretanto, que os valores reconhecidos há anos não tem sido pagos, não havendo qualquer previsão de data para pagamento. Sendo assim, é possível o encaminhamento de medida judicial para satisfação dos devidos valores atualizados.

- Documentos necessários para o ajuizamento da ação: kit de documentos fornecidos pela assessória jurídica (juridico@adufg.org. br), processo administrativo em que houve o reconhecimento dos valores, cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

4) Outras ações

Existe uma série de ações individuais possíveis de ingresso (cumulação de adicional de raio-X com insalubridade, abate-teto, promoção acelerada durante estágio probatório para que veio de outro cargo em Ifes...), sendo recomendável que docentes procurem a assessoria do sindicato para mais informações.

Atendimento aos sindicalizados

A Assessoria Jurídica dispõe de plantões para atendimento das ações judiciais em andamento ou para esclarecimento e propositura de novas ações nos seguintes locais e horários:

a) Atendimento de matérias relacionadas às áreas cível e consumerista:

Segunda-feira;

Das 8h às 12h;

Na sede da Adufg Sindicato - 9ª Avenida, № 193, Setor Leste Vila Nova – Goiânia-GO – CEP 74.643-080: Telefone para agendamento: (62) 3202-1280

b) Atendimento de matérias relativas ao funcionalismo

b.1) Terça-feira e quarta-feira; Das 13h30 às 17h30;

Na sede do escritório de advocacia Eliomar Pires & Ivoneide Escher, na Av. T-1, 1473, St. Bueno, Goiânia - GO, 74210-025, Telefone para agendamento (62) 3251-7304.

b.2) Quinta-feira e sexta-feira;

Das 8h às 12h;

Na sede da Adufg Sindicato, na 9ª Avenida, Nº 193, Setor Leste Vila Nova – Goiânia – GO – CEP 74.643-080: Telefone para agendamento: (62) 3202-1280



18ª Diretoria Executiva Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

> Flávio Alves da Silva Presidente

Daniel Christino Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira Diretora Secretária

Bartira Macedo Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de Andrade Echegaray Diretora Adjunta para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III – Nº 33 Setembro/outubro de 2016 Idealizador do projeto Prof. Juarez Ferraz de Maia

Projeto gráfico original Cleomar Nogueira

Editora responsável Alessandra Faria (JP 01031/GO)

Editor e repórter Macloys Aquino (Fenaj 02008/GO)

> Diagramação Bruno Cabral

Repórter Fábio Alves (JP 0003403/GO)

Publicação mensal

Tiragem 3.000 exemplares

Impressão Cegraf UFG

jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova - Goiânia - Goiás Fone: (62) 3202-1280 Produção e edição Assessoria de Comunicação da Adufg Sindicato

RESPINGOS

e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Investigação

Há o caso de um professor aposentado que paga também há quase um ano R\$ 200 por mês para a entidade mineira, que já é alvo de investigação do Ministério Público Federal em Minas Gerais.

O que fazer

Quem perceber desconto estranho no contracheque deve entrar no portal do Sigepe (Sistema de Gestão de Pessoas), na internet, e fazer reclamação no menu "consignações", na opção "redigir termo de ocorrência de denúncia", e pedir a devolução do dinheiro.

Comprovação

Pelo Sigepe, o MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) é acionado e verifica a legitimidade destas entidades e dos supostos contratos entre elas e os docentes. Se comprovada fraude, o MPOG devolve o dinheiro.

Fraude

De qualquer forma, o Departamento Jurídico da Adufg Sindicato está colhendo dados de docentes nesta situação para acionar a Justiça em caso de irregularidades. DP e Adufg alertam: docentes, chequem os contracheques todos os meses.

Soco na cara

Irritado, o professor Adriano Correia pediu a apoiadores do impeachment de Dilma que se excluam de seu *Facebook*, "antes que eu dê um soco na sua cara", escreveu. A postagem teve reações igualmente violentas. Ele pediu desculpas depois.

Universidade = prosperidade

Dobrar o número de universidades pode aumentar o PIB per capita de 4% a 5% no futuro de uma cidade, diz estudo do Escritório Nacional de Pesquisa Econômica dos Estados Unidos, publicado em agosto.

Regional

A pesquisa usou um banco de dados da Unesco sobre criação de universidades em 1.500 regiões de 78 países, e percebeu este efeito tanto em nível nacional quanto regional, dentro dos países.

DOCENTES SOFREM DESCONTOS INDEVIDOS NO CONTRACHEQUE

O Departamento do Pessoal (DP-UFG) descobriu que 17 docentes, maioria de aposentados, sofrem descontos em seus contracheques em favor de instituições que nunca contrataram.

41

total de servidores da UFG que sofrem descontos indevidos, se considerados os técnicoadministrativos O DP fez o levantamento de dados em agosto passado, a pedido de uma professora, que havia estranhado um desconto de R\$ 161, e que ao investigar descobriu que estes pagamentos eram feitos para uma suposta associação de servidores federais, com sede em Minas Gerais, desde agosto de 2015. E que no mesmo período de um

ano outras duas instituições também haviam descontado contribuições não autorizadas em seu contracheque.

Cidade de Goiás

Nesta perspectiva, a Cidade de Goiás, que não pode expandir indústria, comércio ou agricultura (por questões de patrimônio histórico e ambiental), teria como única saída o investimento em universidades.

União para 2020

O então diretor da Regional Goiás, Gonzalo Palacios, falava ao JP, há três anos, da expectativa de UFG, IFG e UEG transformarem Goiás em cidade universitária até 2020. Faltam incentivos públicos e privados.

Referência

Flávio Sofiati (FSC) fez seu plano de governo com base em pesquisas da UFG. "Nenhum candidato pode ler a realidade social a partir de dados da prefeitura, são insuficientes", diz. Ele concorre à prefeitura de Goiânia pelo PSOL.

Permanente

O índice de permanência de estudantes nas universidades privadas é de 40%, contra 51,3% nas públicas. É o que mostra o "Mapa do Ensino Superior no Brasil", do Semesp (Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior), divulgado em agosto.



Amante de fotos, Danielle Cangussu decorou sua sala no IQ com reproduções do fotógrafo Robert Doisneau



Hellen estuda peça para violão no pátio da Emac



Amanda Constantino (Emac) aproveitou um intervalo de aula para fotografar o ipê branco ao lado da Emac

Adufg prestação de contas

Abril de 2016		Março de 2016	
Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1 Contribuição Filiados - Mensalidades	261.618,33	1.1 Contribuição Filiados - Mensalidades	262.930
2 Ingressos, Eventos e Festas	0,00	1.2 Ingressos, Eventos e Festas	(
3 Receita com Pró Labore Seguro de Vida 4 Receitas Financeiras	1.787,20 7.324,56	1.3 Receita com Pró Labore Seguro de Vida 1.4 Receitas Financeiras	1.682 7.963
5 Outras Receitas	0,00	1.5 Outras Receitas	2.079
6 Resgate de aplicações financeiras	110.000,00	1.6 Resgate de aplicações financeiras	
6.1 IRRF sobre Resgate de aplicações financeiras	-2.528,54	Total R\$	274.652
otal R\$	378.201,55	2 Custos e Despesas Operacionais	
Custos e Despesas Operacionais		2.1 Despesas com Pessoal	
1 Despesas com Pessoal		2.1.1 Salários e Ordenados	37.517
1.1 Salários e Ordenados	61.075,30	2.1.2 Encargos Sociais	27.909
1.2 Encargos Sociais 1.3 Seguro de Vida	31.003,39 461,16	2.1.3 Seguro de Vida 2.1.4 Outras Despesas com Pessoal	220
1.4 Outras Despesas com Pessoal	8.220,25	2.1.5 Ginástica Laboral	550
1.5 Ginástica Laboral	550,00	2.1.6 Férias, 13º salário e Rescisões	(
1.6 Férias, 13º salário e Rescisões	2.199,67	2.1.7 PIS s/ Folha de Pagto.	622
1.7 PIS s/ Folha de Pagto.	711,23 104.221,00	Total R\$	67.286
rai ro	104.221,00	2.2 Serviços Prestados por Terceiros	
2 Serviços Prestados por Terceiros		2.2.1 Cessão de Uso de Software	1.794
2.1 Cessão de Uso de Software	2.648,30	2.2.2 Despesas com Correios	3.103
2.2 Despesas com Correios 2.3 Energia Elétrica	5.518,16 3.154,42	2.2.3 Energia Elétrica 2.2.4 Honorários Advocatícios	2.950 13.050
2.4 Honorários Advocatícios	8.028,00	2.2.5 Honorários Contábeis	3.080
2.5 Honorários Contábeis	3.080,00	2.2.6 Locação de Equipamentos	465
2.6 Locação de Equipamentos	465,95	2.2.7 Serviços Gráficos	10.542
2.7 Serviços Gráficos Un provínico do Auditorio	5.328,15	2.2.8 Honorários de Auditoria	1.510
.8 Honorários de Auditoria .9 Tarifas Telefônicas e Internet	1.510,49 2.066,07	2.2.9 Tarifas Telefônicas e Internet 2.2.10 Hospedagem/manutenção/layout do site	3.355 2.870
.10 Hospedagem/manutenção/layout do site	2.066,07	2.2.11 Vigilância e Segurança	2.870
11 Vigilância e Segurança	471,63	2.2.12 Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.323
.12 Comunicação/Rádio/TV/Jornal	23,80	2.2.13 Serviços de Informática	1.385
13 Serviços de Informática	1.000,00	2.2.14 Outros Serviços de Terceiros	200
.14 Outros Serviços de Terceiros.15 Água e Esgoto	1.200,00 469,88	2.2.15 Água e Esgoto Total R\$	382 46.28 5
ral R\$	37.844,85	iotai na	40.203
		2.3 Despesas Gerais	
Despesas Gerais		2.3.1 Combustíveis e Lubrificantes	3.353
1 Combustíveis e Lubrificantes 2 Despesas com Táxi	3.334,57 571,20	2.3.2 Despesas com Táxi 2.3.3 Despesas com Coral	
3 Despesas com Coral	2.264,15	2.3.4 Despesas com Grupo Travessias	233
4 Despesas com Grupo Travessias	276,87	2.3.5 Diárias de Viagens	8.162
5 Diárias de Viagens	7.713,60	2.3.6 Tarifas Bancárias	183
6 Tarifas Bancárias	164,83	2.3.7 Lanches e Refeições	1.186
.7 Lanches e Refeições	1.297,45	2.3.8 Quintart	3.047
.8 Quintart .9 Patrocínios e Doações	5.459,92 7.389,13	2.3.9 Patrocínios (Mostra de Cinema e Outros) e Doações 2.3.10 Manutenção de Veículos	
10 Manutenção de Veículos	1.211,42	2.3.11 Festas/Reuniões	3.036
.11 Festas/Reuniões	0,00	2.3.12 Festa Final de Ano	(
3.12 Festa Final de Ano	0,00	2.3.13 Passagens Aéreas e Terrestres	145
.13 Passagens Aéreas e Terrestres .14 Gêneros de Alimentação e Copa	3.130,69 969,77	2.3.14 Gêneros de Alimentação e Copa 2.3.15 Despesas com manutenção Sede Campestre	178 9.789
3.15 Despesas com manutenção Sede Campestre	9.626,31	2.3.16 Hospedagens Hotéis	922
3.16 Hospedagens Hotéis	5.302,50	2.3.17 Material de expediente	1.133
1.17 Material de expediente	387,11	2.3.18 Outras despesas diversas	2.491
3.18 Outras despesas diversas	4.577,16	2.3.19 Manutenção e Conservação	1.307
3.19 Manutenção e Conservação 3.20 Homenagens e Condecorações	1.675,64 200,00	2.3.20 Homenagens e Condecorações 2.3.21 Despesas com Sede Adm. Jataí	3.220 4.53 ²
.21 Despesas com Sede Adm. Jataí	4.436,65	2.3.22 Despesas com cursos para aposentados	4.55
.22 Despesas com cursos para aposentados	0,00	2.3.23 Cópias e autenticações	133
.23 Cópias e autenticações	20,45	2.3.24 Sabadart/Festa Final de Ano Jataí	(
.24 Sabadart/Festa Final de Ano Jataí	0,00	2.3.25 Despesas com Greve	(
.25 Despesas com Greve .26 Despesas com Espaço Saúde	0,00 534,65	2.3.26 Despesas com Espaço Saúde 2.3.27 Despesas com atividades do Espaço Cultural	418
.27 Despesas com Espaço Saude .27 Despesas com atividades do Espaço Cultural	720,00	Total R\$	65.557
ral R\$	61.264,07		
		2.4 Despesas Tributárias	
Despesas Tributárias	2.016.07	2.4.1 IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.330
.1 IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões .2 Outras Despesas Tributárias	3.016,97 1.010,36	2.4.2 Outras Despesas Tributárias Total R\$	1.063 3.394
al R\$	4.027,33		3.394
		2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições	
Repasse Fundo Social e Contribuições 1 Repasse para C/C Fundo Social	10.426.60	2.5.1 Repasse para C/C Fundo Social	10.423
 Repasse para C/C Fundo Social CUT - Central Única dos Trabalhadores 	10.426,60 3.733,54	2.5.2 CUT - Central Única dos Trabalhadores 2.5.3 Proifes Federação	2.340 23.452
3 Proifes Federação	23.459,84	Total R\$	36.216
al R\$	37.619,98	·	
tal Caral das Custos a Dasmasas Overesionnis Dé	244.077.00	Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	218.741
tal Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	244.977,23	3 Resultado do exercício 03.2016 (1-2)	55.911
Resultado do exercício 04.2016 (1-2)	133.224,32		00.71
Atividados da Investimentos		4 Atividades de Investimentos	
Atividades de Investimentos Imobilizado		4.1 Imobilizado 4.1.1 Construções e Edificações	87.303
1 Construções e Edificações	86.101,43	4.1.1 Construções e Edificações 4.1.2 Máquinas e Equipamentos	
2 Máquinas e Equipamentos	0,00	4.1.3 Veículos	
3 Veículos	0,00	4.1.4 Móveis e Utensílios	1.812
4 Móveis e Utensílios	21.470,94	4.1.5 Computadores e Periféricos	150
5.5 Computadores e Periféricos 6.6 Outras Imobilizações	0,00	4.1.6 Outras Imobilizações Total R\$	
tal R\$	107.572,37	10ml m	90.073
		4.2 Intangível	
Intangível	0.00	4.2.1 Programas de Computador	(
.1 Programas de Computador tal R\$	0,00 0,00	Total R\$	
tar 1ty	0,00	4.3 Aplicações Financeiras	
Aplicações Financeiras		4.3.1 Aplicação CDB	(
1 Aplicação CDB	30.000,00	Total R\$	(
al R\$	30.000,00		20.45
AZ ZEŲ		Total Caral das Investina ante a De	
	137 572 37	Total Geral dos Investimentos R\$ Sesultado Geral do exercício 03.2016 (3-4)	
tal Geral dos Investimentos R\$ Resultado Geral do exercício 04.2016 (3-4)	137.572,37 -4.348,05		90.675 -34.763

Adufg noticias

Programas de saúde atraem professores



Começou em julho deste ano o Programa de Reeducação Alimentar (PRA), uma parceria entre Unimed e Adufg Sindicato. Os professores filiados usuários do plano de saúde Unimed e estão com o IMC (índice de massa corporal) acima do recomendado são o público alvo do Programa, que pretende orientar as pessoas para um estilo de vida mais saudável, reeducando a alimentação e praticando atividades físicas regularmente. Uma psicóloga e uma nutricionista acompanham os participantes durante 10 semanas do programa, que conta com avaliações

físicas e atividades. Segundo a diretora financeira da Adufg, Ana Christina Kratz, o sindicato tem como um dos objetivos o cuidado com a saúde dos seus filiados. Além dos projetos regulares do Espaço Saúde, como atendimento nutricional, RPG, e pilates, estes projetos em parceria com a Unimed fazem parte da agenda de ações preventivas de saúde. As oficinas de nutrição, por exemplo, fazem parte dessa programação. A cada mês, a nutricionista Karla Esperidião, aborda uma nova temática. Nos encontros, os participantes recebem orientações e aprendem novas receitas.

Aposentados fazem cursos no sindicato



Depois do sucesso do curso de Introdução à Informática, o Grupo Travessia - Aposentados/ Adufg oferece aos professores aposentados da UFG filiados ao Sindicato, cursos de pintura e fotografia. Cada aluno paga R\$ 100 mensais por modalidade e as aulas são realizadas na Sede Administrativa da Adufg Sindicato. O fotojornalista e professor aposentado da FIC Thomas Roland Hoag está ministrando as aulas de fotografia. Aposentado desde 2014, o professor contou ao Jornal do Professor, na edição de novembro de 2015, que ainda sentia vontade de lecionar. Surgiu dai o convite para dar aulas aos colegas, também aposentados. As aulas começaram no início de agosto, mas professores aposentados que se interessarem pelos cursos ainda podem se matricular. Mais informações sobre as matrículas podem ser obtidas pelo telefone (62) 3202-1280 ou na recepção do sindicato.

Pintura

Já o curso de pintura é ministrado pelo artista plástico goiano Alexandre Liah, que é conhecido no cenário artístico goiano e já participou de diversas exposições nos seus 30 anos de carreira. Liah conta que as aulas iniciaram com a prática de desenho, mas o objetivo é ensinar pintura em tela e encerrar o curso com uma exposição de seus alunos. Coordenadora do Grupo Travessia - Aposentados/Adufg e aluna do curso de pintura, Jane Sarques conta que está muito empolgada com o curso, já que sempre pensou em resgatar o gosto pela arte cultivado na infância, após se aposentar. Para ela, estar junto com colegas, trocar experiências e aprender é muito prazeroso. "O clima da aula é muito alegre, estou muito empolgada de estar aqui", conta.

O grupo convida todos os professores aposentados da UFG e seus cônjuges que estiverem fazendo arte e/ou artesanato a participarem da VI Exposição de Arte e Artesanato dos Professores da UFG que será realizada nos dias 17 e 18 de novembro. As inscrições estarão abertas de 01 a 14/10. Quem puder confirmar participação antes da inscrição, favor já entrar em contato com a equipe organizadora: Jane Sarques (janesarques@gmail.com, 98331-7231), Heliana de Almeida (helianadealmeid@yahoo.com.br, 99973-2575), e Edna Goya (ednajgoya@yahoo.com.br, 99244-0427)



Assembleia define teto para negociação com planos



Em assembleia realizada no dia 22/08, docentes aprovaram teto para negociação de reajuste dos dois planos que atendem o sindicato, Uniodonto e Unimed. A diretoria retomará as negociações com as operadoras e, depois, convocará nova assembleia para que professores decidam sobre os valores obtidos.

Os professores pediram para que orçamentos de outros planos de saúde sejam consultados e colocados como opção. "É bom que o professor possa escolher o que acha melhor. Vamos negociar e trazer as opções para dentro do sindicato", disse

o presidente Flávio Alves da Silva.

Um representante da Cunha Planos Odontológicos apresentou proposta com valores inferiores ao da atual prestadora. A próxima assembleia decidirá sobre a entrada de outra operadora.

Diretor Adjunto Administrativo, professor Thyago Carvalho Marques montou estratégia de negociação com a Unimed, aprovada em votação, e alertou para as dificuldades desse processo.

Durante a assembleia, docentes aprovaram a prestação de contas entre agosto de 2015 a julho de 2016 com as operadoras dos planos.

Ações Afirmativas na UFG

A UFG não dispõe de dados sobre estudantes de baixa renda ou autodeclarados pretos e pardos que não ingressaram pelo sistema de cotas, para ter um cálculo destas categorias na universidade hoje, a exemplo da pesquisa "Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras", divulgada recentemente pela Andifes

28.417

Alunos de graduação matriculados na UFG (abril de 2016)

20.771

(**73,1%**)
Alunos ingressos por ampla concorrência

7.646

(**26,9%**) Alunos ingressos por ações afirmativas Número de estudantes ingressos em cada uma das ações afirmativas*:

L1 - 1.122

L2 - 1.648

L3 - 1.255

L4 - 2.000

UFGInclui - 1.621

Obs.: Os dados sobre os ingressantes SiSU2016 foram computados após a 2ª Etapa da Chamada Pública. Alunos matriculados em 2016 via Sisu:

5.713

Alunos ingressos por ampla concorrência matriculados em 2016 via Sisu*:

3.035 (53,12%)

Alunos ingressos por ações afirmativas matriculados em 2016 via Sisu*:

2.678 (46,88%)

Alunos ingressos por cada ação afirmativa matriculados em 2016 via Sisu*:

L1 - 527

L2 - 813

L3 - 586

L4 - 752

Médias da média global por ação afirmativa e por regional de estudantes matriculados em abril de 2016

Para o cálculo acima foram retirados os ingressantes 2016.

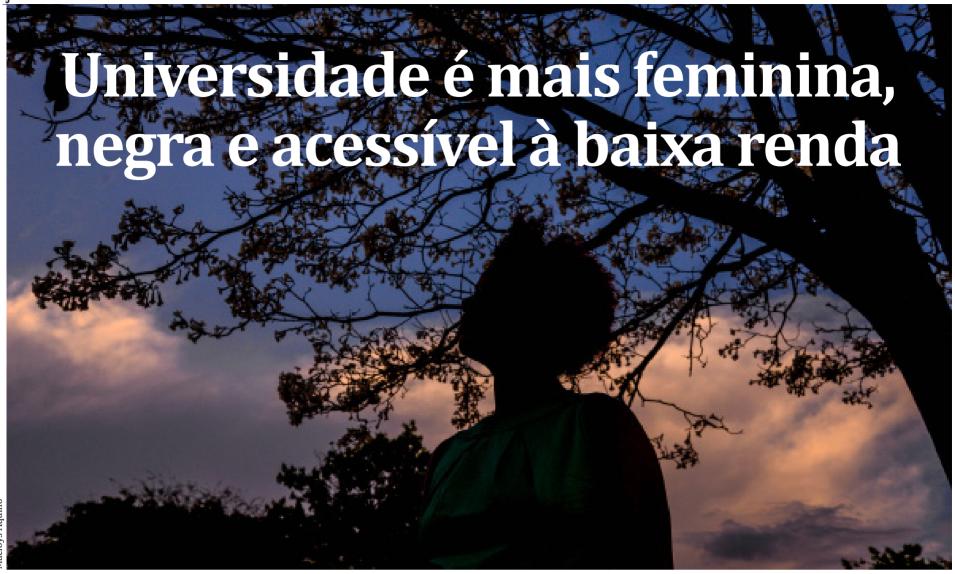
AC	L1	L2	L3	L4
6,39	6,00	6,19	5,96	5,98
6,47	6,18	5,95	6,43	6,22
6,54	7,13	7,00	7,09	6,88
6,40	6,16	5,91	5,96	5,97
6,45	6,19	6,01	6,32	6,18
	6,39 6,47 6,54 6,40	6,39 6,00 6,47 6,18 6,54 7,13 6,40 6,16	6,39 6,00 6,19 6,47 6,18 5,95 6,54 7,13 7,00 6,40 6,16 5,91	6,39 6,00 6,19 5,96 6,47 6,18 5,95 6,43 6,54 7,13 7,00 7,09 6,40 6,16 5,91 5,96

Fonte: Sigaa - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - UFG

Legenda

- L1 Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas
- **L2 -** Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- L3 Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- L4 Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.





Graduada, mestre e doutora pela USP, Flávia Rios, recém chegada à Faculdade de Ciências Sociais da UFG (FSC), analisa os impactos políticos da pesquisa "Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras", divulgada em agosto pela Andifes, que mostrou serem maioria os estudantes de baixa renda, pela primeira vez na história das universidades federais brasileiras. O estudo, divulgado em agosto, mostra que estudantes das classes D e E em

universidades federais são hoje 66,19% (vêm de famílias cuja renda não ultrapassa 1,5 salário mínimo per capita, R\$ 1.320). Em 2010, eram 44%. Na outra mão, a quantidade de estudantes com renda entre nove e dez salários mínimos caiu no mesmo período de 6,57% para 2,96%. E houve aumento da participação de alunos autodeclarados pretos e pardos, 47,57% dos entrevistados. Em 1997, eram 2,2% pardos e 1,8% negros. A pesquisa também aponta que mulheres são maioria entre formandos das federais.

Jornal do Professor - A que se deve o aumento no número de mulheres no ensino superior no Brasil?

Flávia Rios - Tem uma tendência de crescimento na quantidade de mulheres nas universidades brasileiras a partir dos anos 70. Agora, nas universidades federais, elas são maioria entre as pessoas que se formam. É efeito da liberação sexual das mulheres. A segunda onda feminista (a partir de 1975, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo) teve impacto forte sobre os valores sociais, mas há uma dimensão de emancipação combinada com fatores tecnológicos, anticoncepcionais, preservativos, que garantiram gestações senão tardias, mas em alguns estratos sociais as mulheres passam a ter filhos depois da graduação, o que favorece o ingresso e permanência no ensino superior e consequentemente no mercado de trabalho. Não tem uma só razão.

JP - Mesmo com essas transformações, a mulher permanece muito pouco representada politicamente no Brasil.

Flávia – Nas instituições, sim. Sobretudo no Congresso, nas assembleias legislativas, câmaras municipais. É algo muito desproporcional. Muitas mudanças aconteceram, mas mesmo essa da maior presença de mulheres nas instituições de ensino superior precisa ser qualificada. Elas são maioria onde, em que cursos? Há uma expansão de mulheres nas engenharias, por exemplo? Certamente houve, mas houve em termos de transformação social? A mulher tem mais inserção nas áreas tidas como masculinas, com melhores remuneração e prestígio? Resta saber.

JP – A partir dos dados da Andifes, podemos afirmar que a universidade está perdendo seu caráter elitista?

Flávia – De fato houve uma mudança no perfil dos estudantes das universidades federais, que nos anos 80, 90, eram ocupadas por pessoas de extratos médios ou elites econômicas, principalmente os cursos com maior prestígio, Medicina, Direito, Engenharia. O crescimento no número de estudantes de classes D e E é uma mudança muito substantiva e importante, altera a cara da universidade federal.

JP – Que mecanismos permitiram essas mudanças?

Flávia - São diversas causas. A expansão do ensino superior, de 2004 para cá, as políticas de ações afirmativas, que permitiram mais inclusão. Mudanças que tiveram um impacto num prazo não muito longo. Em uma década, mudou-se o perfil dos estudantes das universidades. Resta saber a qualidade dessa inserção, que cursos são mais ocupados e se há permanência. É um fato muito positivo ter mudado o processo de seleção para garantir, a partir de uma política bastante eficiente, o ingresso de parte de um perfil que estava excluído, que simplesmente não estudava ou era obrigado a pagar para estudar. Mas resta garantir que essa política se mantenha, principalmente num momento de crise política e econômica. Esses jovens são parte dos grupos mais vulneráveis.

JP – Os cortes que o governo federal pretende fazer no forçamento das universidades ameaçam a continuidade destes projetos.

Flávia - Sim, uma política séria do governo federal deve contemplar os jovens, para se

manterem nas instituições e conseguirem seus diplomas. Ingresso sem permanência, ou diplomas com tempo mais longo, com estudantes trancando matrículas e voltando, prejudica carreiras e ameaça um patamar de desenvolvimento já alcançado pelo Brasil.

JP - Qual o papel da universidade nesse momento de crise política e econômica?

Flávia - Um papel de criatividade e de embate político. Essa pesquisa (da Andifes) chegou num momento importante. Há um discurso que vai e volta no Brasil, que sempre em situações de crise ocupa os editoriais de jornais, de que as universidades são elitistas e portanto devem ser privatizadas. A pesquisa mostrou que o Brasil mudou, que houve políticas com resultados e que a universidade não é mais majoritariamente masculina, branca e elitista, mas tem se tornado mais feminina, com mais presença de negros e estudantes de baixa renda. Ela também teve um impacto nas universidades estaduais, que tem movimentos internos que disputam mudanças. As estaduais paulistas vivem não só uma grande crise econômica como também uma crise de representação. Movimentos estaduais estudantis, negros e de mulheres reivindicam ingresso diferenciado, cotas e modalidades mais eficientes para mudança de perfil dos estudantes, tanto econômico quanto da cor. Mas estas universidades estão protegidas por elites estaduais, com uma concentração de pesquisa muito forte e significativa, mas que relutam há anos a adotar políticas de inclusão com resultados substantivos, como houve nas federais. As federais podem servir como espelho para as estaduais mais conservadoras e elitistas.

UFG tem pauta política para evitar retrocesso

Orlando se articula com Andifes para manter conquistas dos últimos 10 anos

Medidas administrativas não serão suficientes para conter um possível colapso da universidade, caso seu orçamento seja reduzido, como pretende o governo federal. Por isso, as universidades iniciaram uma atuação política, tentando envolver a sociedade e abrindo agenda de atuação junto a parlamentares em Brasília.

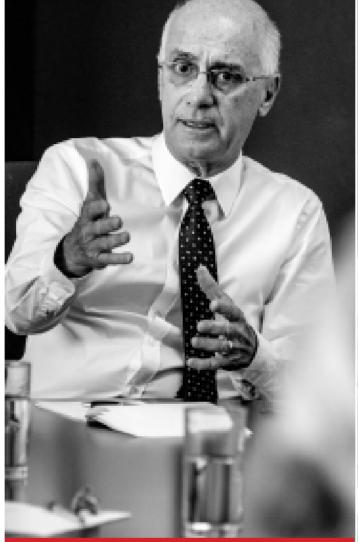
No início de agosto, quando o MEC anunciou um corte de 20% (que somado às perdas inflacionárias somariam 30%) no orçamento das federais, o reitor Orlando Amaral emitiu uma nota que previa o parada da UFG caso os cortes acontecessem. E, no final, convocava professores, técnicos, estudantes, deputados e senadores a se mobilizarem.

No final de agosto, após série de medidas tomadas principalmente pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o governo recuou do corte. A principal delas foi a divulgação da pesquisa nacional com o novo perfil dos estudantes das federais.

A revelação de que, pela primeira vez na história do país, dois terços dos alunos das universidades federais vêm das classes D e E, e que quase metade deste universo se autodeclara preta ou parda, mostrou a força da universidade federal. Demonstrou que, além de sua capacidade de produzir conhecimento, a instituição representa cada vez mais a sociedade brasileira.

A divulgação da pesquisa, pela Andifes, foi estratégica: os resultados foram apresentados primeiro no Congresso Nacional e, depois, numa coletiva de imprensa, que repercutiu nacionalmente em jornais e televisões.

"A pesquisa mostrou a representatividade da universidade federal perante a sociedade brasileira, tanto numérica quanto simbolicamente, com mais estudantes de origem de escolas públicas, mais negros. A ideia de que as universidades federais são para elite é uma ideia do passado. O corte no orçamento, afetando o custeio, atingiria políticas da universidade que são subsidiárias da assistência estudantil", disse Orlando ao **IP**.







REITORES PERCEBERAM
OUE A PROPOSTA DO
GOVERNO PARA AS
UNIVERSIDADES É MENOR
EM 6% EM RELAÇÃO AO
ORCAMENTO DE 2016

99

Prevenção

"O momento de instabilidade política e econômica do país exige das universidades uma ação política mais forte, internamente e esclarecendo a sociedade de uma forma geral, e junto ao parlamento. Essa ação (divulgação da pesquisa) deu resultado e pode prevenir de restrições no orçamento e nas políticas de inclusão e de expansão. Ação política dos reitores e toda a comunidade, dos sindicatos, neste momento, é muito importante para garantir a continuidade do projeto das uni-

versidades", complementou Orlando, vice-presidente da Andifes.

Na última semana de agosto, reunido com a Andifes, o MEC garantiu que manteria o orçamento de 2016 para 2017 e apresentou números, imediatamente questionados por Orlando durante a reunião. "Os reitores perceberam que a proposta, no conjunto do orçamento das universidades, é menor em 6% em relação ao orçamento de 2016", contou.

"O mínimo seria o orçamento de 2016 corrigido pela inflação. Nossa luta continua, de manter o orçamento de 2016 corrigido pelo IPCA. A atuação política continua porque essa mudança não nos contempla", emenda o reitor, anunciando que as dificuldades de custeio continuam em 2017.

A reitoria da UFG prevê, caso o orçamento de 2017 não seja o de 2016 corrigido pela inflação, demissão de mais terceirizados e racionamento de energia elétrica.

A Andifes tenta emplacar emendas na discussão do orçamento e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Congresso, que ocorrem em setembro.



Notas sobre um golpe de Estado

Francisco Mata Tavares*

O Senado Federal aprovou, no último dia 31 de agosto, o processo de impedimento do mandato de Dilma Rousseff, sob a acusação de um suposto crime de responsabilidade perpetrado contra disposições do direito financeiro brasileiro. Consumou-se um inequívoco golpe de Estado, cujas consequências institucionais, culturais e econômicas hão de perdurar dramaticamente ao longo dos próximos decênios. Este momento histórico, tão sofrido como repleto em lições, encerra três aspectos cuja decomposição analítica pode auxiliar no diagnóstico, lamentável mas inevitável, da emergência de um Estado de exceção pós-democrático no Brasil.

1) Diferentemente do que acredita uma significativa parcela da população, a destituição da presidente eleita pelo voto direto e secreto não se fundamentou em acusações como corrupção, conspiração contra o regime ou atos atentatórios ao Estado e sua forma republicana. Ao contrário, as imputações versam sobre duas questões técnicas atinentes ao âmbito do direito financeiro e não guardam relação com a ideia de moralidade ou com a probidade na administração pública. O exame dos meandros técnicos do golpe desvela duas premissas atentatórias às mais consensuais e primárias noções de direito público e de direito processual. Primeiramente, acusou-se a presidente de ter expedido decretos de suplementação orçamentária em desacordo com as restrições prescritas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tal como interpretada pelo órgão de controle Tribunal de Contas da União. Sucede, todavia, que o procedimento adotado pelo governo Dilma era chancelado pelo TCU à época em que efetivado e, ademais, integrou a rotina financeira e orçamentária de todos os mandatos presidenciais precedentes, a exemplo de Fernando Henrique e Itamar Franco. O resultado de uma eleição direta foi revertido com base na criminalização de uma prática corriqueiramente implementada por todos os presidentes da Nova República. A segunda acusação revela-se ainda mais clara e indubitavelmente antijurídica: a propósito dos atrasos nos repasses de valores da União para os bancos públicos no contexto do Plano Safra, entendeu-se que o inadimplemento de uma obrigação de direito financeiro possui a natureza jurídica de operação de crédito. Nunca, em nenhuma decisão jurisprudencial, tamanha atecnia fora regis-

trada. A imputação do crime de responsabilidade à presidente da República ancorou-se em um entendimento equivalente à ideia

Debate: houve ou não um golpe?

de que uma imobiliária inadimplente de repassar valores recebidos de um inquilino ao proprietário estaria, por meio do atraso, obtendo crédito financeiro do locador. Em resumo, os supostos argumentos do golpe não resistem a uma perfunctória análise técnico-jurídica.

2) Os pretextos jurídicos para o golpe são inconstitucionais, mas não aleatórios. A justificativa dos acusadores parece fazer sentido sob a perspectiva da economia política reinante nestes tempos de crise econômica global. Renomados formuladores do pensamento científico-social contemporâneo, como C. Crouch, W. Streeck e M. Blyth, diagnosticam a emergência de uma "era da austeridade", de ordem "pós-democrática". Trata-se de contexto em que, malgrado a manutenção formal de eleições e direitos constitucionais, a gestão do Estado alija-se do escrutínio público e submete-se às pressões do capital, tal como manifestadas em classificações de agências de risco, delegação da gestão pública a agências autônomas, ataques especulativos à soberania monetária, competições tributárias e pressões para a elevação da remuneração dos títulos de dívidas públicas por meio de taxas de juros que inviabilizam o custeio de políticas ou direitos em favor das/os cidadãs/ãos. Cassar um mandato nesses termos indica que nenhum desvio em relação à gestão orçamentária ortodoxa, orientada à priorização dos interesses de credores da dívida pública, será tolerada. Na Grécia, a agenda neoliberal impô-se sobre um referendo. No Brasil, sobre as eleições. Capitalismo e democracia, mais do que nunca, revelam-se irreconciliáveis.

3) O terceiro aspecto a ressair da tragédia antidemocrática que acomete o país diz respeito aos sujeitos sociais que a permitiram. Partidos de direita, o fundamentalismo cristão, o empresariado, os financistas, o agronegócio e todo o espectro conservador são protagonistas deste retrocesso político. É fundamental, contudo, para que se construa a resistência e evite-se novas derrotas, lembrar-se do modo como o PT traiu as suas bases sociais e governou segundo um programa neoliberal que frustrou seu eleitorado; é importante constatar, ademais, que uma parcela do partido de Dilma ajudou a eleger Rodrigo Maia para a presidência da Câmara e aliou-se a legendas golpistas em mais de mil cidades, indicando conformidade e conciliação; é preciso notar, ainda, que inúmeros setores da oposição de esquerda seguem caminho homólogo e priorizam a disputa por burocracias sindicais ou as campanhas eleitorais orientadas pelo "direito à cidade", tornando a resistência democrática um aspecto secundário em sua avidez por cargos e votos.

O campo democrático e as atrizes/atores sociais que ainda acreditam em futuro diferente devem se concentrar neste terceiro elemento (o único sobre o qual podem agir) de modo a conduzirem a luta pelo restabelecimento da democracia com a devida seriedade.



Fluxos do retrocesso

Pedro Célio Alves Borges**

Durante grande parte dos últimos meses em que se arrastou o processo de afastamento da ex-presidente Dilma a contenda girou em saber se vivíamos, ou não, um golpe político. Por breves instantes a tese de golpe experimentou avanços consistentes. Tratava-se, na guerra de opinião pública, de opor um poder escolhido por 54 milhões de votos à ação dos derrotados nas urnas, então inflados pela crise, de resto amparada em poderoso aparato de comunicação militante e nos preconceitos de tipo "coxinha", entre outros atributos de elite. Havia ainda o apoio adicional vindo da percepção generalizada de que no campo opositor atuava o anticristo Eduardo Cunha.

Em situações políticas graves, as disputas tendem a uma polarização do tipo Fla-Flu, com efeitos de reduzir e obscurecer a compreensão clara das consequências para a democracia. A busca de precisão terminológica para nomear a disputa ocupou os espaços da questão substantiva na luta hegemônica, de debater e negociar os meios para recuperar investimentos e empregos. Porfias vãs sobressaíram, pois quem de antemão se estabelecera contra Dilma e o PT, se lixava para a comprovação jurídica das pedaladas, ou para a inexistência delas. E vice-versa. Os mesmos fatos e documentos reforçavam argumentos de um lado e outro, conforme a posição política do pronunciante.

Com sinceridade, eu não tive a rapidez e a clarividência de muitos amigos de elevado peso intelectual e político para enxergar o golpe na operação que defenestrou Dilma. A essência esteve (e está) mais na natureza rotineira da política, nos limites de uma democracia erigida sobre desigualdades profundas e vocacionada para reproduzir a exclusão e a elitização, na cultura e na sociedade.

Mais do que golpe, portanto, tratou-se de imprimir velocidade e força de persuasão aos fluxos do retrocesso. Os antecedentes imediatos da sinistra sessão da Câmara dos Deputados caminhavam nesse sentido, am-

parados no formalismo dos ritos da democracia representativa. Chamar de "folclóricas" as cenas daquele dia eu considero um

eufemismo para escamotear dificuldades na análise política.

Numa dimensão, os protestos nas ruas impulsionaram o conservadorismo. Em outra, os vieses na cobertura da imprensa dominante conjugaram-se à estridência dos panelaços, pixulecos e símbolos da insatisfação das camadas médias nas grandes e médias cidades, alguns de notória orientação antipolítica. O "Fora-Dilma", carro-chefe das manifestações, abrigou a emersão de vetores antipetistas no seio destes setores sociais, até então contidos pelo êxito das políticas compensatórias, tipo Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. A rigor, a soma destes programas e a expansão do consumo e do crédito às classes populares (eixos da base popular petista) não chegava a incomodar investidores e conglomerados financeiros, nem os ditos estratos médios urbanos bem estabelecidos. Não ameaçava a começar pelo fato, em si temerário, de que o financiamento requerido advinha especialmente de recursos públicos.

Perceber o equívoco conceitual desta orientação ajuda a compreender a acomodação do modo petista de governar à opção de não investir nas mudanças estruturais, cuja promessa revestiu os discursos da ascensão eleitoral da esquerda. Talvez as duas melhores ilustrações (ou consequências?) da definição estratégica adotada tenham sido o progressivo distanciamento da sigla em relação aos movimentos sociais que permaneceram clamando por mudanças e a imbricação crescente da máquina do partido no Estado. Os avanços da crise que se vinham pronunciando desde 2012, (com os estouros de 2013 e as falsetas de Dilma em 2014) estampam os limites de tais políticas, estimulando a conexão dos protestos e das manchetes às iniciativas parlamentares e judiciais, em retroalimentação acelerada e incessante.

Estes fluxos conservadores ganharam formato na aliança PMDB-PSDB, complementada pelas siglas do centrão, disponíveis a qualquer negócio. O rito da destituição necessariamente passaria pelo Congresso e pelo jogo partidário, ambos embalados nos vezeiros costumes antirrepublicanos dos que nele mandam. Nesse aspecto, alguns vacilos na condução dada por Dilma e o PT foram fatais. Problemas que vinham de bem antes, ligados à personalidade da presidente, arredia a conviver sob as regras do fisiologismo e do cretinismo parlamentar.

Desta forma, as maiorias tecidas nos jornais e redes sociais chegaram a sessões decisivas na Câmara e depois no Senado.

**Professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCS-UFG



O relógio que não viu o tempo passar

Adriana Mara Vaz de Oliveira e Elane Ribeiro Peixoto; Ioão Francisco Teixeira Teófilo (ilustração)

Editora UFG / 52 páginas (caderno do professor) e 36 páginas (quadrinhos)

Composto pelo caderno do professor e pela história em quadrinhos, nestes livros todas as formas de construção histórica são válidas, importantes e complementares. Os autores optaram por construir uma história de Goiânia distinta das já publicadas; uma história da cidade a partir de seus bairros. Dessa maneira, oferece uma visão completa da história de Goiânia. Há preocupação quanto à conservação do patrimônio material, representado pelos edifícios e pelo plano urbanístico do centro histórico de Goiânia.

O aeroporto que virou bairro

Adriana Mara Vaz de Oliveira e Elane Ribeiro Peixoto; Luiz Felipe Champloni (ilustração)

Editora UFG / 44 páginas (caderno do professor) e 24 páginas (quadrinhos)

É composta por dois volumes: o caderno do professor e a história em quadrinhos. Os livros apresentam o Setor Aeroporto desde a sua criação. Como indica o próprio nome, nele localizava-se o primeiro aeroporto da nossa cidade. Além de apresentar a parte física do setor, como o planejamento de praça e comércio, há também o depoimento dos moradores e comerciantes em suas atividades cotidianas, suas histórias e memórias.



África

Miguel Jorge / Gráfica UFG / 54 páginas

África contém o diálogo de um enfermeiro com um paciente em coma. Esse enfermeiro tenta compensar os seus fracassos e a sua agonia diária fugindo, na imaginação, junto ao paciente, a exóticas paragens desse continente. Com esta edição bilíngue – espanhol/ português, a equipe do Centro Editorial e Gráfico da Universidade Federal de Goiás homenageia o escritor Miguel Jorge ao cumprir-se o 50º aniversário da sua primeira publicação nesta casa: o romance Antes do túnel.

Tensões e desestabilizações na formação de professoras/es de inglês

Rosane Rocha Pessoa e Eliane Carolina de Oliveira (organizadoras) / Editora UFG / 208 páginas

É fruto das reflexões advindas do "Curso de Formação Continuada de Professoras/ es de Inglês como Língua Estrangeira/Adicional: UFG", vinculado à "Rede Nacional de Formação de Professoras/es da Educação Básica: Línguas Estrangeiras/ Adicionais – Etapa Inglês". Nos sete capítulos que compõem o livro, as/ os autoras/es - coordenadoras e professoras/es formadoras/es - analisam as suas experiências no curso, envolvendo tensões e desestabilizações.

Leituras canônicas e tradição pátria: o pensamento hispanoamericano oitocentista em Bilbao, Sarmiento e Sierra

Libertad Borges Bittencourt / Editora UFG / 240 páginas

A professora Libertad Borges Bittencourt examina narrativas fundadoras dos discursos nacionais pósindependência na América Hispânica, focando as estratégias para a construção de um ideário de integração nacional. Trata-se de uma obra historiográfica que visa a contribuir, desde uma perspectiva analítica comparada dentro do campo da "História das ideias", para o esclarecimento da gênese e da evolução discursiva da questão nacional hispano-americana, sobretudo em três países: Argentina, México e Chile.

Corpo limiar e encruzilhadas: processo de criação na dança

Renata de Lima Silva / Editora UFG / 168 páginas

Que dança é essa? Com esta pergunta a autora propõe um olhar sobre o processo de criação e de preparação corporal em dança, a partir do estudo de técnicas e poéticas presentes em manifestações da cultura popular brasileira. Trata-se de uma discussão sobre corpo, movimento e cultura, em que se fundem pesquisa acadêmica, experiência artística e história pessoal, apontando caminhos para se pensar uma dança contemporânea cuja corporeidade é elaborada em motivos presentes em manifestações da cultura brasileira.

A literatura infantil goiana

Vera Maria Tietzmann*

A literatura infantil brasileira é recente. Embora de 1920 a 1940 tenha havido o verdadeiro fenômeno que foi Monteiro Lobato, inaugurando uma obra infantil de contornos definidos, ela se consolidou nos anos 70 e hoje se alinha entre as melhores do mundo, o que comprovam as medalhas Hans Christian Andersen dadas aos brasileiros Lygia Bojunga, Ana Maria Machado e Roger Mello.

Com a entrada da Literatura Infantil nos currículos de Letras nos anos 80, os pesquisadores se voltaram para esse novo corpus de estudo, o que contribuiu para apurar a qualidade dessas obras, que se multiplicavam no país.

Uma resolução do Conselho Estadual de Educação de 2008, determinando que "o estudo da literatura goiana no ensino fundamental [...] deve integrar os programas de disciplinas já existentes" alavancou a edição de livros infantis. Isso levou as editoras a reeditarem obras já existentes e facilitarem a edição de inéditas. Ocorre que, visando à escola, publicaram-se muitos títulos atrelados aos currículos e, pior que isso, vários textos simplificadores, moralistas e "politicamente corretos", ou seja, na contramão do que se fazia na literatura infantil nacional.

Em Goiás, desde o início a literatura infantil revelou altos e baixos. Em parte isso se deveu à construção ainda oscilante dessa mo-

dalidade literária, que ora pretendia divertir, ora ensinar, mas sempre o fazia pela voz de um adulto, que instruía, corrigia, propunha modelos. Essa posição assimétrica mudou na década de 70 - talvez até porque, na ditadura militar, todos vivíamos uma situação assimétrica, com voz e ações reprimidas, e a literatura infantil foi a válvula de escape achada então por muitos artistas.

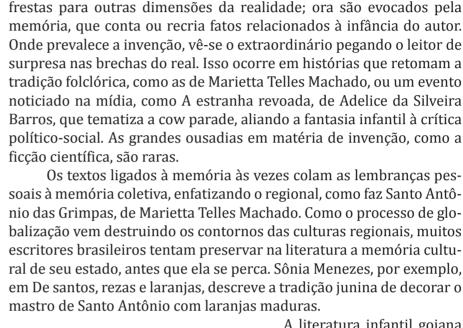
O primeiro livro infantil goiano, de 1960, era didático, uma biografia de Lobato, de Alaor Barbosa. Nos anos 70, Marietta Telles Machado inaugura de fato nossa literatura infantil com dois livros de contos, onde se unem a tradição oral e a fantasia, marca de sua obra infantil, e, em 1978, José J. Veiga, lança uma história infan-

til ambientada na escola, Professor Burrim e os quatro calamidades. Nenhum desses autores era goianiense. Os aqui nascidos demorariam um pouco a surgir no cenário das letras.

Fazendo um levantamento dos autores, encontrei 80 nomes, dos quais apenas três publicaram na infância ou pré-adolescência - são os filhos de Bernardo e de Bariani, na década de 60, e o menino Alexandre Raizer, que começou a publicar em 2012. Os demais são adultos escrevendo para crianças. A lista inclui não só os escritores consolidados e os precoces, como os meninos citados, mas também os autores tardios (Cora, por exemplo) e os bissextos, com raros textos publicados.

Desses 80 escritores, apenas 18 são goianienses, mas há quase 30 de nascidos no interior do estado. Se Paris é a encruzilhada do mundo, Goiânia parece ser a encruzilhada do Brasil: dos 80 autores, 33 nasceram em outros estados brasileiros, de todas as cinco regiões.

O que contam esses autores tão diferentes? Em primeiro lugar, eles repetem em escala menor o que se vê na produção nacional. Quanto ao gênero, preponderam as narrativas, os poemas são em menor número, e os textos teatrais, quase nulos. Talvez isso se deva à natural atração exercida pelos "causos" e histórias contadas nas rodas de amigos.



Fábio Alves

Como a literatura infantil do resto do país, focalizam temas do

cotidiano urbano protagonizados por meninos da classe média - afi-

nal é esse o público-alvo das editoras, que vendem livros às escolas.

Esses temas ora aparecem transfigurados pela fantasia, que abre

A literatura infantil goiana inclui diversas coleções que repetem autoria, temática e padrão editorial. É o caso da Coleção Mama-cadela, de Malu Ribeiro; Beijo de Alfenim, de Augusta Faro; Meninos e meninas do Brasil, de Maria José Silveira; ou Menino João, de Daniela de Brito. Às vezes o texto registra um flagrante da convivência de pais e filhos, como Um pônei chamado cavalo, de

Alexandre Costa. Outros autores, como Valéria Belém, também transitam pela memória e a invenção, exibindo histórias atraentes, seja pelo que contam, seja pela ilustração que as valoriza. É o caso de O cabelo de Lelê, com exuberante projeto visual de Adriana Mendonça. Ciça Fittipaldi, paulista radicada em Goiânia e professora

da UFG, sempre teve sua atuação de autora e ilustradora de livros infantis atrelada à pesquisa - basta lembrar a coleção Morená, que a Melhoramentos editou nos anos 80. Essa sua postura, assim como a excelência de seu trabalho, muito influenciaram os alunos de Artes Visuais, transformando a FAV num celeiro de novos talentos. Para competir com as grandes editoras do Sudeste, algumas goianas apostaram no filão da literatura infantil, estabelecendo pontes entre autores e ilustradores e desafiando o parque gráfico da capital a executar serviços de alta qualidade. A Cânone, por exemplo, tem livros de autores e ilustradores locais, sendo um dos muitos exemplos As onças de Krumaré, de Yêda Marquez, com ilustrações e projeto gráfico de Polly Duarte.

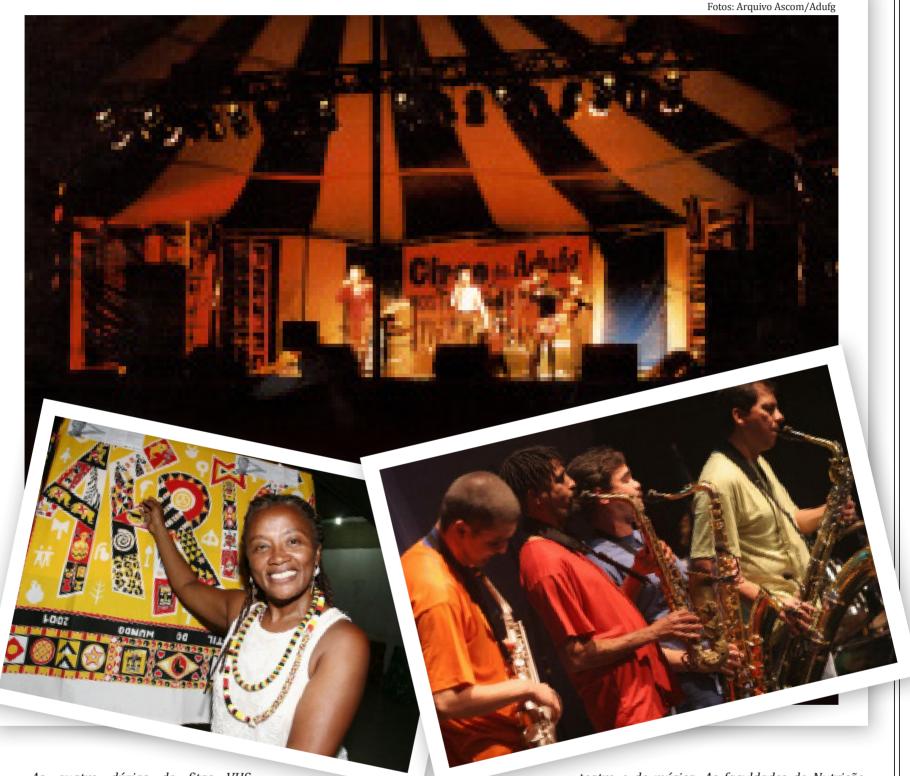
A exigência de haver livros de autores goianos nas escolas e a perspectiva das compras do MEC forneceram o estímulo necessário às editoras, que hoje competem com as de Belo Horizonte, Rio ou São Paulo. Cabe a nós, leitores, esperar que a literatura infantojuvenil feita por nossos autores continue em ascensão, em volume e qualidade, para benefício das novas gerações.

*Professora aposentada da Faculdade de Letras (FL-UFG)

Adufg na história

Passagens e memórias da construção do sindicato

Mostra Milton Santos envolveu sociedade



As quatro dúzias de fitas VHS guardadas num armário do Departamento de Comunicação da Adufg Sindicato acumulam memórias importantes. Uma das fitas tinha na etiqueta "Mostra Milton Santos".

Quando nós, jornalistas do sindicato, discutíamos como reproduzir aquela fita, entra na sala a a professora Zita Ferreira. Delicada, perguntou por um vídeo de sua apresentação na mesma Mostra Milton Santos. Não sabia em que ano fora. Tivemos esperança de que a coincidência fosse certeira e que a performance estivesse naquela fita.

Digitalizamos o material. As imagens eram da primeira edição. A Adufg Sindicato organizou a mostra quatro vezes: 2002, 2004, 2006 e 2008. Zita se apresentou na terceira edição e não encontramos o registro.

"A ideia da mostra sempre foi realizarmos eventos em vários locais, dentro e fora da universidade. Eram momentos de interação entre os professores e a comunidade. Debatemos temas de interesse de toda a sociedade", relembra o ex-presidente do sindicato Fernando Pereira.

A programação cultural – que em 2006 teve Zita com a "Dança negro: ginga a história" – era ampla. Em algumas edições, um circo foi montado na Praça Universitária e recebeu apresentações de dança, de teatro e de música. As faculdades de Nutrição, Medicina, Farmácia e Enfermagem realizaram atendimentos à população em diferentes lugares de Goiânia.

"A Adufg era reconhecida na sociedade durante a mostra", lembra Fernando. "O evento tinha ampla divulgação da mídia: tevês e jornais. O nome da Adufg era divulgado e o contato com a sociedade era sempre positivo", resgata o ex-presidente Romualdo Pessoa.

A iniciativa do sindicato foi reconhecida e aplaudida. "As universidades em geral são uma secura, para não dizer que estão mortas culturalmente. A gente sente falta de vivência dentro da universidade. Acho que é uma ideia fantástica", disse o ex-reitor a UnB, Antônio Ibanez, na abertura da primeira edição.

Memória

O nome da mostra foi homenagem ao intelectual negro Milton Santos. Foi escolhido para resgatar a memória de cientista, dedicado à observação crítica para compreensão da realidade brasileira.

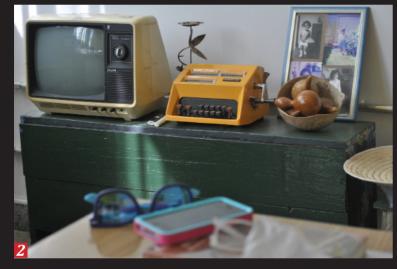
A redução na participação dos professores e os custos elevados da produção inviabilizaram o projeto.





Momentos da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, numa manhã de agosto







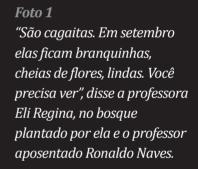




Foto 2

Cantinho da professora Magda Matteucci, no novo prédio do Setor de Agricultura da EA.



- É orgânico, seu Hélio?
- -São sim, pode comer, disse o servidor técnico-administrativo.



Poucos docentes da UFG sabem da existência do lago na Escola de Agronomia.

Foto 5

Professor Paulo Ximenes caminha pelo corredor do Setor de Agricultura até sua sala.

Foto 6

"Aqui é todo mundo da escola", disse Clayton, abraçando os servidores Orlando e Joaquina, que escondeu o rosto de vergonha, na sala dos professores.

Foto 7

Doutoranda, Renata prepara mudas para análise.









Acompanhado da excelente flautista Sara Lima, Robervaldo Linhares (Emac) arrancou diferentes reações da lotada plateia inferior do Teatro Goiânia. Hora palmas estraladas e longos assobios, hora sorrisos congelados de perplexidade ante a virtuose dos músicos.

O Duo Limiares lançava o CD "Flauta e Piano na Belle Époque Brasileira" na noite daquela sexta-feira, 19 de agosto, para uma plateia de amantes de música brasileira. Mais de 100 discos foram vendidos enquanto Robervaldo se revezava entre autografar e posar para fotos ao final do evento, já no salão do teatro.

"Público não tem jeito de enganar. Ou gostou ou não gosta", comemorou o professor.

O interesse por seu trabalho provavelmente está ligado a sua escolha no doutorado em História, na UnB. Ali, em 2009, depois de toda graduação e mestrado imerso na música erudita, ele decidiu estudar os maestros da música popular.

Pesquisou a importância dos "pianeiros", pianistas populares que tocavam trilhas em casas de chá ou animavam bailes e carnavais até a década de 1920, como Chiquinha Gonzaga, Ary Barroso ou Ernesto Nazareth, músicos que dominavam o código erudito, mas que se ambientaram ao clima popular.

"Assim a música popular entrou em espaços elitizados. Os 'pianeiros' fizeram essa conexão, foram fundamentais", diz Robervaldo, contemplado com o Prêmio Funarte de Produção Crítica em Música (2013) por esse trabalho.

O auge do diálogo entre os dois mundos, na apresentação, é quando o Duo Limiares toca "Chorosa", de Aurélio Cavalcante. Um choro que impõe ao piano uma levada de violão.

"Como somos músicos eruditos, nosso olhar é diferenciado. Não tocamos como músico de choro, mas temos outra abordagem, outros arranjos", explica Robervaldo. É incrível.